SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/04/2015 - Instituto Telecom

Demissões, o 'plano desafiador' da Oi

Qualidade e universalização dos serviços não combinam com demissões em massa como tem sido praxe na Oi e nas demais operadoras.

No final de janeiro deste ano, em reunião com o ministro Ricardo Berzoini, o presidente da Oi, Bayard Gontijo – o quinto, nos últimos seis anos – afirmou que a empresa havia elaborado um "plano desafiador" para 2015 e entre abril e maio anunciaria os próximos investimentos. Abril chegou e o país conheceu o "plano desafiador" da concessionária – 1071 demissões de uma tacada só.

Desde a privatização do setor, em 1998, duas palavras repetem-se à exaustão quando se fala em telecomunicações – consolidação e demissões. A Oi tem sido campeã nesse último item. Demitiu três mil trabalhadores logo após a privatização. Dez anos, depois, quando assumiu o controle da Brasil Telecom demitiu novamente. E repetiu a dose em 2010, quando estabeleceu a sua frustrada parceria com a Portugal Telecom.

A Oi ainda tentou dar uma conotação diferente a sua operação. Primeiro, vangloriando-se de ser o único grupo verdadeiramente nacional. Depois, se apresentando como o grande parceiro do governo federal, a empresa que poderia dar suporte ao Plano Nacional de Banda Larga. Nada disso se efetivou. Contrariando as expectativas criadas com o seu discurso nacionalista, a Oi ainda se juntou às outras empresas no combate às cláusulas relativas à expansão da banda larga quando da renovação dos contratos de concessão.

A Oi nunca deu qualquer bom exemplo à iniciativa privada. Ela poderia reduzir a assinatura básica, permitindo maior acesso da população aos serviços de telefonia fixa. Poderia se comprometer com a política do telefone popular (Aice), proposto justamente para viabilizar a telefonia fixa para os mais pobres. Não fez nada disso.

E não se trata de uma empresa qualquer. A Oi possui 21,7 % de toda a receita bruta do setor, 36, 5% dos telefones fixos, 18,1% dos celulares, 27,3% do mercado de banda larga e 6,7% do de TV por assinatura. São cerca de 75 milhões de clientes. Apesar desses números expressivos, a empresa preferiu começar o seu "plano desafiador" demitindo 1071 funcionários em todo Brasil, a metade deles no Rio de Janeiro.

No relatório do quarto trimestre de 2014, a Oi se vangloria de ter registrado "um aumento consistente em praticamente todos os aspectos do negócio". A receita líquida teria aumentando 5,1% em comparação com o terceiro trimestre. O segmento de celulares teve a receita oriunda dos clientes aumentada em cerca de 10%. A receita líquida do segmento residencial cresceu 0,9%. O segmento corporativo/PMEs, idem.

Ainda de acordo com o relatório, "a TV paga da Oi registrou um crescimento de 23% nas adições brutas em relação ao 3T14. De acordo com a Anatel, a Oi foi líder de mercado em adições líquidas em todos os três meses do 4T14. A Oi TV registrou 215 mil adições líquidas, enquanto o mercado de DTH registrou 134 desconexões líquidas no trimestre, portanto, a participação da Oi no mercado de DTH fechou o ano em 10,5% (+3,0 p.p. em relação ao final de 2013). A penetração da Oi TV atingiu 11,4% das residências com produtos Oi no 4T14, equivalente a um aumento de 4,3 p.p. em relação ao 4T13 e 2,1 p.p. em relação ao trimestre anterior".

Sobram perguntas: que plano desafiador é este que, apesar dos resultados positivos, a empresa demite trabalhadores? Como ficam os que permanecem na empresa? Quando será o próximo corte? Como a empresa continuará a melhorar a qualidade dos serviços, demitindo pessoal?

O fato é que, não apenas a Oi, mas nenhuma das operadoras pensa na questão social ou na qualidade dos serviços. Apenas na melhor forma de garantir dividendos para seus acionistas.

As demissões não podem ser uma preocupação apenas dos trabalhadores e seus sindicatos. Devem ser uma preocupação de toda a sociedade e do governo federal. Qualidade e universalização dos serviços não combinam com demissões em massa como tem sido praxe na Oi e nas demais operadoras.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/04/2015 - Teletime

Votação do PL da terceirização é adiada para esta quarta, dia 8

Depois de muitos protestos de sindicalistas, embates políticos e pedidos de adiamentos, o plenário da Câmara transferiu a votação do Projeto de Lei 4330/04, que permite a terceirização em todas as atividades, para esta quarta-feira, 8. Para isso, aprovou a urgência para a proposta por 316 votos a favor e 66 contra, já que não houve aprovação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O relator da matéria, deputado Arthur Maia (SD-BA), acatou uma série de sugestões do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e apresentou um novo texto do PL 4330. O acordo ocorreu após uma intensa negociação entre ontem e hoje, na qual Maia acatou o principal pedido do governo, de a retenção de impostos e tributos na fonte pelas empresas contratantes.

Arthur Maia disse que aceitou mais duas sugestões do Ministério da Fazenda. A empresa não poderá contratar prestadora de serviços que tenha parentes (do controlador da empresa contratada) entre os acionistas, nem contratar terceirizados em funções com clara relação de emprego e de subordinação.

Para o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), é importante que a Câmara enfrente a votação do projeto porque existe uma ação sobre o tema pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). "Se o Congresso não votou, se a Câmara preferir não votar, fez sua opção legislativa. Aí Supremo vai votar e decidir. O risco que você tem é que a decisão pelo Supremo seja muito diferente do que a maioria da Casa quer", salientou.

Contra a 'pejotização'

De acordo com o projeto, empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, produtor rural pessoa física e profissionais liberais podem terceirizar suas atividades a outras empresas. A companhia prestadora de serviço deve ter objeto social único ou mais de um objeto na mesma área de especialização, possuir qualificação técnica, com profissionais legalmente habilitados, e ter capacidade econômica compatível com a execução do serviço.

O relator do projeto disse que serão feitas alterações no texto para evitar que empresas demitam funcionários com carteira assinada para recontratá-los como pessoa jurídica, a chamada "pejotização". O texto atual não trata dessa hipótese. Mas ressalta que o projeto defende os direitos dos trabalhadores terceirizados.

Sindicalistas e juízes afirmam que a liberalização da terceirização trará prejuízos aos trabalhadores e permitirá que escolas não contratem diretamente professores, hospitais sem médicos contratados, bancos sem bancários e construtoras sem operários. O PT e o PCdoB também são contra o projeto, que, segundo os parlamentares, tiram renda dos trabalhadores. O PSOL sustenta que estudos mostram que, atualmente, um quarto dos trabalhadores já são terceirizados, cerca de 12 milhões de pessoas. Com a aprovação do projeto, em poucos anos, o volume de trabalhadores terceirizados subirá para ¾, preveem os levantamentos.

Já para o presidente da Abinee, Humberto Barbato, a aprovação da terceirização se apresenta como uma questão fundamental para o incremento da competitividade do país. "Hoje, com a evolução tecnológica, a definição do trabalho terceirizado é parte integrante e primordial da economia moderna. A falta de uma regulamentação no Brasil, nos deixa mais uma vez em uma posição de atraso em relação às demais nações", diz.

A Febratel (Federação Brasileira de Telecomunicações), por sua vez, entende que para os serviços delegados pela União, como os do setor de telecomunicações, a terceirização já é regulamentada legalmente, especialmente pela Lei Geral de Telecomunicações (LGT), que disciplina expressamente a matéria em seu artigo 94. Ainda assim, a aprovação do PL 4.330 é importante para o setor pois traz segurança jurídica ao ambiente empresarial e produtivo do País em momento crucial para a manutenção do fluxo de investimentos e de milhares de empregos diretos e indiretos.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/04/2015 - Vermelho

Bancos lucram R$ 60,3 bilhões; Cifra compromete desenvolvimento

Estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre o desempenho dos bancos em 2014 aponta que setor registrou crescimento de 18,5% em seus lucros, com montante de R$ 60,3 bilhões.

Em entrevista à Rádio RBA, Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese destaca que o crescimento do setor bancário foi "expressivo", ainda mais se consideradas as dificuldades enfrentadas pelo país na economia.

Segundo o diretor do Dieese os dados revelam uma grave distorção, o que compromete o desenvolvimento econômico do país. "É uma correção urgente que precisamos fazer na nossa trajetória econômica, se querermos ter um crescimento sustentado e sustentável pela atividade produtiva."

O maior lucro foi verificado no banco Itaú, com mais de R$ 20 bilhões, seguido pelo Bradesco, com de mais de R$ 15 bilhões. O Banco do Brasil registrou lucro da ordem de R$ 11 bilhões e a Caixa Econômica, R$ 7,1 bilhões. O Santander ficou com R$ 5,9 bilhões. "Os bancos têm, hoje, quase R$ 5,3 trilhões em ativos totais e um patrimônio total da ordem de R$ 370 bilhões", destaca Ganz Lúcio.

Em dezembro do ano passado, o total de ativos dos cinco maiores bancos do país atingiu o expressivo montante de R$ 60, 3 bilhões, com evolução de 14,4% em 12 meses. Há o registro ainda de que o patrimônio líquido dessas instituições cresceu 18,4% no período, atingindo R$ 370 bilhões.

Alta dos juros, parceiro fundamental

O estudo ainda aponta que um dos fatores responsáveis por esse resultado foi a expressiva elevação das receitas com Títulos e Valores Mobiliários, decorrente das sucessivas elevações da taxa Selic no ano passado. Na busca pela chamada "eficiência operacional", os bancos privados nacionais deram continuidade ao fechamento de postos de trabalho, embora em ritmo menor que nos anos anteriores.

Entre os bancos públicos, o Banco do Brasil seguiu a mesma tendência, enquanto a Caixa Econômica Federal continua sendo a única instituição financeira com forte geração de emprego e concomitante melhora nos índices de eficiência.

Caixa mais forte

O relatório do Diesse ainda aponta que, entre os grandes bancos, a Caixa permanece se destacando. Entre 2013 e 2014, os ativos da instituição terem crescido 24% e o patrimônio líquido, 76,1%.

Um dos motivos para o forte crescimento do patrimônio líquido do banco ocorreu a partir de julho do ano passado, quando a Caixa teve um aporte de capital da ordem de R$ 27,9 bilhões por parte do Tesouro Nacional, na forma de instrumento híbrido de capital e dívida, conforme resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O levantamento do Dieese alerta que, com o objetivo de melhorar o Índice de Eficiência, frente ao quadro econômico nacional e internacional e do aumento das exigências de capital impostas pelo Acordo de Basiléia III, os grandes bancos privados fizeram uso do expediente de corte das despesas com pessoal, por meio da redução de postos de trabalho, e aumento das receitas com tarifas bancárias. Por outro lado, a concessão de crédito foi bastante conservadora.

Em sentido oposto, os bancos públicos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, reduziram o ritmo da oferta de crédito em relação aos patamares que vinham sendo praticados desde o início da crise internacional, para assim se adequar a uma conjuntura de desaceleração da atividade econômica e às novas exigências regulatórias.

O estudo observa ainda que, apesar disso, a Caixa manteve a estratégia de expansão, ainda que em ritmo menor, cuja atuação tem sido aumentar a estrutura de atendimento e ampliar a cobertura pelo país. Segundo o Dieese, "a Caixa mostra ser possível melhorar o Índice de Eficiência com ampliação de postos de trabalho, mediante o aumento da participação na oferta de crédito na economia".

07/04/2015 - Observatório da Imprensa

Como regulamentar o Marco Civil?

cPara quem não acompanhou o tema, o Marco Civil é a lei que define direitos e deveres na rede brasileira. Foi aprovado em abril de 2014. Só que a aprovação não encerrou a questão

Termina [terminou] nesta terça-feira (31) o prazo para enviar contribuições ao Ministério da Justiça sobre o Marco Civil da Internet. Para quem não acompanhou o tema, o Marco Civil é a lei que define direitos e deveres na rede brasileira. Foi aprovado em abril de 2014. Só que a aprovação não encerrou a questão. A presidente ainda precisa editar um decreto regulamentado a lei. As contribuições recebidas pelo Ministério da Justiça servirão para orientar o texto presidencial.

Vários pontos polêmicos do Marco Civil estão aguardando a regulamentação. Por exemplo, a lei protege a privacidade e exige que serviços de internet obtenham o consentimento "livre, expresso e informado" do usuário para ter acesso a seus dados pessoais. Mas o que significa "livre, expresso e informado"? Esse ponto precisa ser definido pelo decreto. Dessa definição depende um grande número de atividades e negócios na rede, o que gera grande responsabilidade de se encontrar uma definição equilibrada.

Mas há um ponto que, ao meu ver, não merece nenhuma regulamentação. A presidente deveria deliberadamente se omitir sobre ele. Trata-se da obrigatoriedade de que as empresas que prestam serviços na rede guardem todos os registros de acesso dos usuários por no mínimo seis meses.

Esse dispositivo entrou no texto no último momento, por pressões policiais e de alguns advogados. Na prática, ele acaba no Brasil com o princípio da presunção de inocência. Todos os usuários da internet brasileira serão vigiados previamente, e o registro de todas suas conexões será armazenado.

Dispositivos vigilantistas

Esse modelo de guarda prévia de dados foi adotado por países europeus no começo dos anos 2000, na esteira do 11 de Setembro (ironicamente, nem os EUA adotaram algo similar). Só que o modelo foi revertido. A Corte de Justiça da União Europeia revogou em 2014 a Diretiva de Retenção de Dados, afirmando que ela representava "interferência séria nos direitos fundamentais relativos à vida privada e à proteção aos dados pessoais".

No Brasil, o Marco Civil condicionou a materialização do dever de guardar dados à existência da regulamentação, a ser feita pelo decreto. Se há regulamentação, o dever de guardar dados é aplicável. Se não há, não é. Isso foi reconhecido por decisão recente do Tribunal de Justiça de São Paulo, que disse com todas as letras: "O referido dispositivo legal consubstancia norma de eficácia contida, vez que dependente de disciplina regulamentar".

Desse modo, como forma de observar a Constituição –que elege a privacidade e a presunção de inocência como princípios fundamentais –, a presidente Dilma deveria em seu decreto simplesmente não tratar desse ponto da lei.

Isso impediria a eficácia desses dispositivos vigilantistas do Marco Civil. E evitaria que sua inconstitucionalidade tenha de ser afirmada pelo Judiciário brasileiro, como já aconteceu na Europa.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/04/2015 - RBA

Atos contra projeto de terceirização ocorrem em várias capitais

Manifestações incluem entrega de panfletos, atividades culturais e discursos contra o projeto, que estende a liberação das terceirizações das atividade-meio para as atividades-fim das empresas

Enquanto membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT) reúnem-se em frente ao Congresso Nacional para protestar contra o projeto de lei que regulamenta a terceirização, atos em várias capitais brasileiras ainda estão marcados para hoje (7). Os diretórios estaduais da CUT programaram atos públicos nesta tarde em Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Recife, Florianópolis e Aracaju. As manifestações incluem entrega de panfletos, atividades culturais e discursos contra o projeto, que estende a liberação das terceirizações das atividade-meio para as atividades-fim das empresas.

"Isso significa a precarização do trabalho. Nós sabemos que os trabalhadores terceirizados recebem 25% a menos do que os diretos e trabalham três horas semanais a mais. Com o PL, a gente não sabe, no momento das indenizações, quem é que vai pagar. Se o contratante ou a contratada. Vai acabar com a igualdade de direitos e condições de trabalho", disse o presidente da CUT-Bahia, Cedro Silva, em ato ocorrido esta manhã, em Salvador.

Cerca de 300 pessoas, de acordo com os organizadores, participaram do ato na capital baiana. Por volta das 5h, sindicalistas panfletaram no Aeroporto Internacional de Salvador. Depois, às 9h, foram para a porta da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb) dar continuidade ao ato. Em seguida, caminharam pelas ruas do bairro Costa Azul distribuindo informativos explicando os motivos pelos quais são contra o projeto, que já tramita há cerca de dez anos no Congresso.

Em São Paulo, cerca de 200 pessoas, segundo a Polícia Militar (PM), caminharam da Secretaria Estadual de Saúde em direção à Praça da República, no centro da cidade. O ato terminou por volta das 14h, no chamado Dia Nacional de Luta em Defesa dos Trabalhadores.

07/04/2015 - Correio do Brasil

Indústria cresce em oito locais em fevereiro, apesar de queda nacional

A produção industrial cresceu em oito dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na passagem de janeiro para fevereiro deste ano, apesar da queda de 0,9% na média nacional. As maiores altas foram observadas no Pará (3,4%) e em Goiás (3,2%), segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional divulgados nesta terça-feira.

Outros estados com crescimento na produção industrial foram Paraná (2,4%), Amazonas (2,2%), Rio Grande do Sul (1,6%), Ceará (1,1%), São Paulo (0,3%) e Santa Catarina (0,2%). A queda nacional foi influenciada por recuos na produção em seis locais, entre eles, o Rio de Janeiro, que teve o pior desempenho (-7,1%).

De janeiro para fevereiro, também foram observadas quedas na Bahia (-6,4%), Pernambuco (-2,3%), Minas Gerais (-1,9%), Nordeste (-0,7%) e Espírito Santo (-0,4%).

Nos demais tipos de comparação, o IBGE analisa também o estado de Mato Grosso, além dos 14 locais. Na comparação de fevereiro deste ano com o mesmo período do ano passado, houve recuo em 12 dos 15 locais pesquisados, com destaque para a Bahia (-23,2%) e Amazonas (-18,9%). Entre os três locais com alta, a maior taxa ficou com o Espírito Santo (25,6%).

No acumulado do ano e no acumulado de 12 meses, houve queda na produção em 11 locais, ao mesmo tempo em que foi registrado crescimento em quatro locais.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/04/2015 - Carta Capital

A terceirização do trabalho será liberada no Brasil?

Câmara está próxima de votar projeto de lei que quer tirar todas as restrições à mão de obra terceirizada, que hoje corresponde a 25% dos trabalhadores do País

Depois de 11 anos de trâmite no Congresso, o projeto de lei que libera a terceirização da contratação de serviços no Brasil deve ir para votação na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira 8. O projeto é defendido pelos empresários, que afirmam que a lei acabará com a insegurança jurídica na contratação de terceirizados e aumentará a competitividade das companhias. "A terceirização é uma forma moderna de organização, o mundo inteiro terceiriza para ganha eficiência", diz Alexandre Furlan, vice-presidente da Confederação Nacional das Indústrias.

Os sindicatos, no entanto, enxergam no projeto um ataque aos direitos trabalhistas. "O que está em debate é a destruição ou a preservação de tudo o que construímos nos últimos cem anos de lutas no Brasil", diz a secretária da CUT Maria das Graças Costa.

Conheça mais sobre o que está em jogo na votação do Projeto de Lei 4330:

1) O que é projeto da terceirização?

O Projeto de Lei 4330, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), regulamenta a contratação de serviços terceirizados no País e permite que toda e qualquer atividade possa ser terceirizada. Um substitutivo foi apresentado pelo deputado Arthur Maia (SD-BA) em 2013, sem alterar os principais pontos, e irá para votação na Câmara na terça-feira 7.

2) Qual é a regra para a terceirização no Brasil hoje?

Desde 1993, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho rege a terceirização no Brasil e a restringe aos serviços de vigilância e limpeza e a funções não relacionadas às atividades-fim das empresas. Quem contrata o serviço terceirizado não é responsabilizado diretamente por infrações trabalhistas da contratada, ponto mantido no PL 4330. O Brasil tem hoje 12 milhões de trabalhadores formais terceirizados, o equivalente a 25% da mão de obra do País.

3) Por que os sindicatos são contra a terceirização?

Os sindicatos relacionam a terceirização à precarização do trabalho. Segundo levantamento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Dieese, ao comparar trabalhadores que realizavam a mesma função em 2010, os terceirizados recebiam em média 27% a menos do que os contratados diretos, tinham uma jornada semanal 7% maior e permaneciam menos tempo no mesmo trabalho (em média 2,6 anos, ante 5,8 anos para os trabalhadores diretos). Estudo da Unicamp revelou que, dos 40 maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão nos últimos quatro anos, 36 envolviam empresas terceirizadas.

4) Quem mais é contra?

Existe um grupo chamado Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização que congrega, além de representantes sindicais, acadêmicos, juristas e entidades internacionais ligadas à defesa dos direitos trabalhistas. Em documento enviado por 19 dos 26 do Tribunal Superior do Trabalho ao autor do PL 4033, Sandro Mabel (PMDB-GO), em 2013, os juristas afirmam que a proposta provocará uma "gravíssima lesão" de direitos contra os trabalhadores.

Para o ministro do TST Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, "franquear a terceirização é desconstruir todo o sistema trabalhista", parte integrante da democracia brasileira. Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, por trás do argumento da competitividade existe uma "regressão dos direitos sociais".

5) Por que os empresários defendem a terceirização irrestrita?

Os empresários afirmam que a terceirização é uma tendência mundial para ganho de competitividade e produtividade. A regulamentação, segundo as principais entidades empresariais, é necessária para dar segurança jurídica aos contratos e fomentar o emprego. As companhias reclamam que hoje falta clareza na definição dos conceitos de atividades-fim e meio, e a consequência são os cerca de 17 mil processos contra terceirizadas em andamento na Justiça do Trabalho.

"Temos uma legislação fomentadora de conflitos", diz Furlan. Segundo sondagem da CNI, 75% das empresas dizem fiscalizar o cumprimento do pagamento de encargos trabalhistas e das normas de saúde e de segurança das terceirizadas, e 60% afirmam oferecer aos terceirizados e aos contratados o mesmo tratamento. Os problemas apontados pelos sindicatos, de acordo com os empresários, estão nas falhas na fiscalização. "A terceirização benfeita evitará a precarização", diz Romeu Camargo, assessor jurídico da Federação do Comércio de São Paulo.

6) Quem mais é a favor?

Apesar de minoria, há juízes do TST a favor do projeto. Os argumentos são baseados no direito à livre iniciativa na economia e na necessidade de regulamentar um fenômeno que seria irreversível no mercado de trabalho.

7) Desde quando o fim dos limites para a contratação de terceirizados é discutido no Brasil?

A articulação de entidades empresariais para derrubar as limitações à contratação de terceirizados ganhou força nos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo e das propostas para reduzir custos e desregulamentar o trabalho. O Enunciado 256 do TST, vigente até 1993, proibia a terceirização no País. Por isso, a Súmula 331 foi considerada um retrocesso pelo movimento sindical, mas hoje ela representa a única garantia de limite à terceirização. Em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso um projeto de lei para acabar com as restrições ao trabalho terceirizado, engavetado em 2003, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

8) Por que o Supremo Tribunal Federal também poderá influenciar a liberação da terceirização no Brasil?

O STF está encarregado de apreciar o recurso da fabricante de celulose Cenibra, de Minas Gerais, contra a decisão da Justiça do Trabalho de condená-la a pagar 2 milhões de reais por terceirização ilegal da atividade-fim da empresa. Como o assunto seguiu para exame da existência de repercussão geral (indispensável ao julgamento dos recursos extraordinários), a decisão tomada pela Corte deverá ser aplicada a todos os casos em tramitação na Justiça. A Procuradoria-Geral da República deu parecer contrário ao recurso da Cenibra.

9) O que falta para o projeto que institui a terceirização geral ser aprovado?

Caso o projeto de lei seja aprovado na Câmara, ele segue para a apreciação do Senado, onde deverá passar por aprovação nas comissões antes de ser votado. Se houver alguma modificação no Senado, o projeto volta para a Câmara. Se for aprovado no Senado, vai para a sanção presidencial.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/04/2015 - Brasil de Fato

Pela primeira vez, negros são maioria dos empreendedores no Brasil

"Mais pessoas negras estão ascendendo à classe média e assumindo posições importantes no mercado de trabalho e no universo do consumo e do empreendedorismo", afirma presidente do Sebrae sobre a pesquisa divulgada hoje

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Sebrae, entre os anos de 2002 e 2012, o número de pessoas negras à frente de empresas no Brasil cresceu 27% e hoje, pela primeira vez, elas são maioria entre os empreendedores do país. Nesse mesmo período, a quantidade de pessoas brancas que possuem uma empresa teve uma redução de 2%.

O levantamento, divulgado nesta segunda-feira (6), teve como base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e revelou que, atualmente, 50% dos donos de negócio são negros, 49% são brancos e 1% pertence a outros grupos populacionais.

Para o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, a mudança mostra que as políticas sociais voltadas para essa parcela da população e a criação da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) estão contribuindo para a diminuição das desigualdades. "Mais pessoas negras estão ascendendo à classe média e assumindo posições importantes no mercado de trabalho e no universo do consumo e do empreendedorismo", ressalta.

O estudo do Sebrae aponta ainda que os negros também tiveram um aumento em seu rendimento médio mensal e no nível de escolaridade superior ao dos brancos. Em dez anos, o tempo médio de estudo entre as pessoas negras cresceu 38%, passando de 4,7 para 6,5 anos. Já entre os brancos, esse crescimento foi de 21%, passando de 7,3 para 8,8 anos de estudo.

"Quando analisamos o incremento da remuneração no mesmo período, notamos que o rendimento médio real cresceu 45% entre os empreendedores negros, passando de R$ 786 para R$ 1.138 mensais, enquanto entre os brancos a expansão foi de 33%, variando de R$ 1.843 para R$ 2.460 por mês", explica o presidente.

Desigualdades persistem

Mesmo integrando a maioria, os empreendedores negros ainda estão concentrados em pequenos negócios e em ramos de menor lucratividade, como pesca, construção, cabeleireiros e atividades agrícolas. Entre os brancos, a maior proporção atua em setores mais especializados, como advocacia, medicina e engenharia. Além disso, a renda média dos brancos continua 116% maior (em 2002, era de 134%).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/04/2015 - Brasil 247

Holandesa vai indenizar Petrobras em US$ 1,7 bi

SBM confessou ter pago propina de US$ 139 milhões no Brasil e propõe indenização bilionária à estatal, hoje sob o comando de Aldemir Bendine, para fechar acordo de leniência com a CGU (Controladoria Geral da União); apesar disso, negociação com a fabricante de plataformas pode ser barrada pelo Ministério Público, que exige seu aval em acordos do tipo; a SBM, uma das maiores fabricantes do mundo de plataformas de petróleo e gás, não é alvo da Operação Lava Jato, mas o pagamento de propina foi confirmado em novembro do ano passado pela então presidente da companhia, Graça Foster; segundo ela, após a instalação de uma Comissão Interna de Apuração para investigar a denúncia, a Petrobras se deparou com uma prova irrefutável do suborno

Após confessar propina para obter contratos no Brasil e na África, a empresa holandesa SBM aceitou indenizar a Petrobras, presidida atualmente por Aldemir Bendine, em US$ 1,7 bilhão (o equivalente a R$ 5,3 bilhões).

A proposta faz parte da negociação com a CGU (Controladoria Geral da União) para um acordo de leniência. No entanto, o acerto pode ser barrado pelo Ministério Público, que diz que acordos do tipo devem ter seu aval.

A SBM, uma das maiores fabricantes do mundo de plataformas de petróleo e gás, não é alvo da Operação Lava Jato, mas admitiu ter pago US$ 139 milhões em propinas no Brasil ao Ministério Público da Holanda.

No ano passado, a então presidente da companhia, Graça Foster, disse que, apos a instalação de uma Comissão Interna de Apuração para investigar a denúncia, a Petrobras se deparou com uma prova irrefutável do suborno.

"A presidenta recebeu uma ligação e uma carta, onde a SBM dizia que recebeu informação do Ministério Público holandês sobre os tais depósitos em contas na Suíça. De imediato, isso é uma prova avassaladora. É a própria empresa dizendo que tem essa informação [do pagamento de propina]", disse, em novembro, o diretor de Exploração e Produção, José Formigli.